

JANGADA DE PEDRA? OU DO ISOLAMENTO HISTORIOGRÁFICO ESPANHOL

Paula Justen¹

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar o desenvolvimento da historiografia espanhola desde a chamada Escola Liberal do início do século XX até os seus desdobramentos mais recentes, focando desde a perspectiva do medievalismo. Para tal, é de suma importância atentar para as conjunturas políticas, em especial para as consequências do franquismo no sistema de ensino superior hispânico e nas instituições de pesquisa. Foi durante esta situação histórica que fica marcado o aprofundamento da distância da produção historiográfica espanhola das correntes que se estabeleciam além-Pirineus, distância esta que ainda é sentida como um atraso em relação às pesquisas produzidas no âmbito europeu.

Palavras-chave: Historiografia espanhola; medievalismo; “peculiaridade ibérica”.

ABSTRACT

This work's objective is to analyse the Spanish historiographic development since the so called Liberal School from the beginning of the XXth century until its most recent deployments, focusing on the medievalistic perspective. For this purpose, it is of utmost importance to observe the political conjunctures, especially in relation to the consequences of Francoism in the Spanish higher educational system and research institutions. It was during this historical situation that the gap between the Spanish historiographic production and the historiographic currents from beyond-the-Pyrenees got more pronounced, a gap that is still considered as a delay compared to the research produced in the European scope.

Keywords: Spanish historiography; medievalism; “iberian peculiarity”.

¹ Mestra em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Membro do grupo de pesquisa Translatio Studii - Dimensões do Medievalismo.

Um certo estranhamento reina nas relações entre a Europa Central (ou somente Europa, a verdadeira), e os países da Península Ibérica. Os Pirineus parecem quase que uma barreira intransponível – quase que não é mais a velha Europa. Latinos demais, arcaicos demais, dizem as más línguas; o Terceiro Mundo no Primeiro Mundo. A peculiaridade dos povos ibéricos parece fazer lembrar aos verdadeiros – e civilizados – europeus nórdicos os arcaísmos de uma sociedade onde a ética protestante não vingou. Poucos souberam tratar de tal estranheza quanto José Saramago em sua obra *A jangada de pedra* – um quase não pertencimento que se a península realmente fosse embora, ninguém ia sentir falta.

Esse discurso do arcaísmo, que facilmente pode ser atribuído aos chamados países centrais europeus, foi por muito tempo um tópico importante para os intelectuais espanhóis. Era de suma importância explicar o aparente atraso dos países ibéricos em relação aos países da Europa Central, em especial ao progresso industrial vivido no século XIX por potências como Inglaterra, França e Alemanha, para não falar da igualmente latina Itália. Alguma coisa havia desandado nos domínios dos impérios ultramarinos.

Este é um daqueles curiosos casos em que um passado glorioso se torna um fardo a se carregar. Em especial, a Espanha mítica do Século de Ouro, um dos maiores impérios de todos os tempos, em cujos domínios o sol nunca se punha. O tom de decadência no século XIX era onipresente, e era de suma importância investigar o que havia dado de errado na antiga metrópole de tantos domínios coloniais. Delineava-se o tema das peculiaridades ibéricas no discurso histórico da formação de Espanha, e no que ela destoava em relação aos países centrais. Farto tema a ser explorado, o grande panteão de reis ibéricos oferecia um leque de exemplos e marcos históricos para o que se pretendia defender. Nesse sentido, os intelectuais que se debruçavam sobre a História ibérica buscaram o marco histórico da formação hispânica que destoava do restante da Europa central. Acharam-no na Reconquista ibérica, no passado mouro e na inexistência de instituições tipicamente feudais tais quais as que existiram na França, modelo ideal do feudalismo. A Idade Média ibérica, e sua falta de feudalidade, foi responsabilizada pelo desenvolvimento atípico da Espanha. O discurso histórico servia de manancial para a construção de uma

identidade ibérica em contraste àquela apresentada pelos países centrais europeus, esta se apresentando como modelo ideal que não conseguiram seguir.

Apesar do discurso histórico ter se constituído como importante referência para a identidade hispânica, a figura do historiador só tardiamente se profissionalizou. Se a disciplina História já se delimitava em França e Alemanha no final do século XIX, fazendo surgir a figura do historiador profissional, ela apenas engatinhava no início do século XX na Espanha. Antes disso, ela se inseria no projeto ilustrado da *Real Academia de la Historia* – instituição do século XVIII, criada em 1738 e formada por eruditos, nobres e profissionais liberais – de preservar “*purificar y limpiar la de España de las fábulas que la deslucen e ilustrarla de las noticias que parezcan más provechosas*” (FELIPE V, 1738, f.2), em cuja atuação se destacam José Amador de los Ríos e Miguel Lafuente Alcántara. Segundo Pascual Martínez Sopena, um dos marcos importantes desse processo de profissionalização do ofício do historiador foi a criação em 1907 da *Junta de Ampliación de Estudios*, situada em Madri. Nesse momento, havia uma série de esforços pela Segunda República para promover a investigação científica nas universidades espanholas, marcada por métodos de memorização e pela reprodução de textos pouco revisados segundo as últimas inovações científicas (REDERO, 2002, p. 338). Esta instituição teria facilitado o estabelecimento de estudantes na Alemanha, referência universitária da prática científica, o que beneficiou a formação de historiadores espanhóis (MARTÍNEZ, 2004, p. 3). O *Centro de Estudios Históricos*, também em Madri, foi criado em 1909, se tornando o berço da chamada Escola Liberal. Importante é notar a centralidade da capital espanhola no desenvolvimento científico do país: a Universidade de Madri era a única autorizada a conceder o título de doutor, situação que se prolongou até mesmo depois do estabelecimento do regime franquista (REDERO, 2002, p. 341).

As primeiras três décadas do século XX ficaram conhecidas como “Idade de Prata” da cultura espanhola. A Escola Liberal, iniciada pelos historiadores formados na Alemanha, no entanto, teve como principais expoentes a “geração de 1919”. A produção historiográfica deste período estava profundamente comprometida em articular todas as facetas da “civilização espanhola”, sua complexidade, suas peculiaridades e seu desenvolvimento (REDERO, 2002, p. 341). Neste momento foi

central a figura do filólogo Ramón Menéndez Pidal na coordenação dos grupos de estudo do *Centro de Estudios Históricos*. A cartilha da historiografia liberal espanhola parecia seguir aquela de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos na França: de um preciosismo metodológico, a questão da verificação da veracidade das fontes parecia se sobrepor a qualquer questão de cunho sociológico. Isso porque o objetivo final da escola era uma antologia da civilização espanhola, um objeto de cunho nacionalizado. A ciência histórica residia na verificação dos fatos históricos. Não por menos, Menéndez Pidal foi responsável pela publicação de uma série de fontes históricas consideradas formadoras da língua espanhola – a dizer o castelhano, que se pretendia ser a língua espanhola². Outros estudiosos também se dedicavam à tarefa de compilar as fontes que representavam a gênese da Espanha, como Antonio Ballesteros Beretta na Real Academia de la Historia. Nesse momento, as antigas Academias continuavam a desempenhar um importante papel como instituições de referência para esses intelectuais.

O apreço pelas verdades históricas se manifestava através da própria formação dos historiadores espanhóis. O compromisso com a “civilização espanhola” favorecia a centralidade dos documentos oficiais na investigação histórica, pautada pelo estudo das instituições e realizando comparações entre as espanholas e as do bloco europeu central. Este se apresenta como um importante legado da tradição histórica do século XIX, herdando o tema da peculiaridade hispânica. A análise textual das fontes, favorecendo categorias de análise jurídica, era a marca da geração de 1919 (MARTÍNEZ, 2004, p. 3), tanto que em 1924 foi criada a revista *Anuario de Historia del Derecho Español*, consolidando a importância dos estudos jurídicos para a disciplina histórica. Trata-se de uma tradição historiográfica profundamente erudita e que dominava o manejo das fontes históricas, mas que pecava pela sua falta de problematização. Os documentos eram tomados como verdades históricas manifestadas por escrito, patrimônios e testemunhas da cultura hispânica. As categorias jurídicas presentes na documentação eram considerados elementos que emanavam a realidade histórica em que foram produzidos, cristalização escrita da

² Ramón Menéndez Pidal publicou tanto a *Primera Crónica General* quanto o *Poema de mio Cid*. MENÉNDEZ PIDAL, Ramón (Ed.). *Primera Crónica General*. 2 vols. Madrid. Seminario Menéndez Pidal & Gredos, 1955; Idem. *Poema de mio Cid*. Madrid: Ediciones de “La Lectura”, 1911.

composição social do período. Por isso também se denominou esta geração 1919 como escola institucional.

Não que a historiografia liberal espanhola não conhecesse os debates historiográficos de além-Pirineus. Estavam a par da ascensão da corrente historiográfica dos *Annales* – o importante historiador francês *annalista* Pierre Vilar, especialista na história da Catalunha, foi, por muitos anos, bolsista da Escola de Altos Estudos Hispânicos da Casa de Velázquez –, assim como acompanhavam as produções alemã e belga. O materialismo histórico também não lhes era estranho. No entanto, a seu ver, a peculiaridade hispânica não permitia que essas correntes, encaradas como modelos acabados de análise histórica, tivessem validade explicativa para a Espanha. Na verdade, para os historiadores da geração de 1919, eles contribuíam para reforçar essa peculiaridade através de análises comparativas, como demonstra Don Luis de Valdevellano na introdução de sua obra *El feudalismo hispánico* (VALDEAVELLANO, 2000). Mesmo assim, essa perspectiva comparativa ainda tinha o mérito de inserir a análise histórica da Espanha num contexto continental, um avanço em relação às análises históricas dos intelectuais anteriores (MARTÍNEZ, 2004, p. 3).

A questão da peculiaridade hispânica contribuiu para uma produção historiográfica bastante dinâmica entre os historiadores espanhóis, travando constantes debates entre si e desenvolvendo teorias diversas em torno deste grande tema – seguindo os passos de Menéndez Pidal, logo Claudio Sánchez-Albornoz, Américo Castro e José Ortega y Gasset se projetaram na segunda geração e, posteriormente, Luis García de Valdevellano e José María Lacarra, na terceira (MARTÍNEZ, 2004, p. 10, nota 8). No entanto, uma grande discussão centrada num discurso nacionalista acabou por contribuir para o isolamento da historiografia espanhola em relação às demais, mesmo da inovadora historiografia francesa, tão próxima geograficamente e que se projetava como principal centro propagador de novas perspectivas historiográficas.

A historiografia liberal seguia dinâmica, com uma diversificação de perspectivas político-ideológicas dentro do *Centro de Estudios Históricos*: algumas apontando para a abertura das análises jurídico-institucionais para uma perspectiva

mais social, possibilitando um maior diálogo com as ciências sociais, exemplificado por Valdevellano, assim como uma análise seguindo a filosofia contemporânea como Ortega y Gasset, numa crítica aos estudos históricos que ele chamava de “filologia” (MARTÍNEZ, 2004, p. 10).

Mesmo cada vez mais diversificado, o *Centro de Estudios Históricos* desempenhou um importante papel aglutinador para essa nova figura do historiador profissional. Através desta instituição, assim como das revistas de estudos históricos posteriormente criadas, criou-se a identidade de grupo entre esses historiadores, possibilitando a construção do campo da história e legitimando-a enquanto ciência dentro do país. Uma especialização dos saberes também foi decorrente dessa profissionalização: os historiadores espanhóis cada vez mais se identificavam através do período cronológico estudado. Assim, por exemplo, foi criada a seção de medievalismo do *Centro de Estudios Históricos* em 1932, o *Instituto de Estudios Medievales*, liderada por Menéndez Pidal.

No entanto, a tragédia aconteceu, e à Guerra Civil se seguiu a ditadura de Francisco Franco em 1939. Foi o fim da historiografia liberal espanhola (MARTÍNEZ, 2004, p. 4). Muitos historiadores da geração de 1919 recorreram ao asilo político: o mais ilustre medievalista da época, Claudio Sanchez-Albornoz, refugiou-se em Buenos Aires, criando lá uma dinâmica escola medievalista; Américo Castro estabeleceu-se nos Estados Unidos, também iniciador de uma geração de hispanistas americanos; Rafael Altamira, já em idade avançada e com uma carreira mais que consolidada, no México.

Aos que ficaram, retrocesso. A ditadura de Franco foi responsável pelo desmantelamento do sistema universitário espanhol, num processo iniciado em 1936 com a depuração do professorado universitário por ordem do próprio ditador. Todos os esforços da Segunda República de promover a investigação científica no campo universitário foram deliberadamente encerrados; professores das universidades foram perseguidos, presos, mortos ou se exilaram (REDERO, 2002, p. 339). Desde 1900, as universidades espanholas eram estatais, seguindo o modelo napoleônico, dependendo financeiramente do Ministério de Fomento (REDERO, 2002, p. 337); Franco tratou de diminuir significativamente os recursos destinados a elas, assim como de bibliotecas e

de centros de pesquisa. Segundo Tamburri Bariain, o franquismo foi responsável por implementar um sistema universitário explicitamente inspirado nas universidades medievais, favorecendo uma hierarquização controlada pelas cátedras (TAMBURRI, 2001, pp. 267-298). A partir de 1939, os professores universitários que permaneceram no sistema tinham que possuir um certificado de adesão ao regime (REDERO, 2002, p. 339). O objetivo era limpar o ensino superior da suposta “contaminação ideológica” de que havia sofrido, em especial a *Institución de Libre Enseñanza* (REDERO, 2002, p. 340):

“Era necesario que la Universidad volviera a engarzar con los valores de la tradición y se alejara de los que había impuesto la modernidad: liberalismo, separatismo, anticatolicismo, coeducación y laicismo. España había conocido sus etapas más gloriosas en los momentos en los que no se cuestionó la unidad nacional y construyó un imperio con la argamasa de la religión católica. La Universidad debía ser un instrumento del Estado con vistas a que éste pudiera cumplir sus fines espirituales y ayudar a la reconstrucción nacional.” (REDERO, 2002, p. 340)

Apesar de limitada, a historiografia liberal foi responsável por uma profissionalização do ofício de historiador na Espanha, além de consolidar métodos e práticas comuns para a nova profissão, muito relacionadas àquelas vigentes no restante da Europa e expostas por Langlois e Seignobos na França (MARTÍNEZ, 2004, p. 3). O franquismo liquidou esta geração, dissolvendo-a. Aqueles que não se exilaram e que se opunham à ditadura se tornaram isolados pela nova configuração universitária, não se enquadrando nas novas exigências e esperando o dia do fim do regime. Recuperou-se, através dos incentivos franquistas, o que havia de mais vulgar na narrativa histórica: o retorno de uma narrativa voltada para os grandes heróis do passado espanhol, uma história ilustre para um presente ilustre, cujo maior expoente foi frei Justo Pérez de Urbel (SARASA, 2007, p. 28)³. As possíveis relações com as Ciências Sociais foram anuladas, mesmo em âmbito nacional: as faculdades de Ciências Políticas e Econômicas (o mais próximo do modelo durkheimiano de Sociologia) foram

³ A principal obra do frei Justo Pérez de Urbel foi a biografia de Sancho Garcéz III de Pamplona, cf. PÉREZ DE URBEL, Justo. *Sancho el Mayor de Navarra*. Madri: Editorial Espasa-Calpe, 1950.

rigorosamente regulamentadas através de uma série de decretos em 1944 (REDERO, 2002, p. 340)⁴.

Nesse sentido, o franquismo foi responsável por outro divórcio: o da pesquisa científica e o sistema universitário. A ditadura foi responsável por concentrar toda a possível investigação no *Consejo Superior de Investigaciones Científicas*, o CSIC, criado em 1939, substituindo as antigas *Junta de Ampliación de Estudios* e *Fundación de Investigaciones Científicas* (REDERO, 2002, p. 341). O CSIC tinha como inspiração instituições como o *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) francês, entretanto, “preconizaba el sometimiento de la ciencia a la doctrina de la Iglesia católica y (...) aspiraba a recristianizar la cultura en su totalidad”, criando fortes vínculos com a Opus Dei, instituição de que os principais líderes do CSIC faziam parte (REDERO, 2002, p. 342). A partir do CSIC, membros da Opus Dei conseguiram ocupar cada vez mais cátedras nas universidades. Apesar de o franquismo não ter oficialmente desobrigado as universidades estatais da pesquisa científica (REDERO, 2002, pp. 341-342), o novo regime e sua subsequente desestruturação universitária foram uma verdadeira ruptura com ambiente liberal anterior, e as baixas docentes associadas aos novos quadros, compostos mais por motivos ideológicos que por qualquer outro mérito, impossibilitaram qualquer continuidade de trabalho.

Se antes havia uma certa tendência a um debate historiográfico autocentrado graças à natureza nacionalista do principal tema abordado, o franquismo consolidou o distanciamento em relação às influências externas, dificultando o seu acesso. A tendência geral da historiografia espanhola de 1940 a 1950 foi de um isolamento em relação às novas tendências historiográficas, uma história mais erudita que a história-problema trazida pelos *Annales*. No entanto, mesmo assim, houve notáveis exceções, como a de Jaime Vicens Vives, na década de 1950, historiador catalão que trouxe o primeiro estudo voltado para a História Social com seu livro *Historia social y económica de España y América* (VICENS VIVES, 1972), e que fez uma importante escola da qual saíram importantes historiadores como o marxista Josep

⁴ Na Espanha, eram considerados cursos universitários os de Direito, Filosofia e Letras, Medicina, Ciências e Farmácia, numa estrutura que seguia desde o século XIX. O restante eram cursos técnicos de nível médio e superior realizados em Escolas Técnicas, sem caráter universitário (REDERO, 2002, p. 338).

Fontana. Também não se pode esquecer de Miguel Ángel Ladero Quesada, atuante desde os anos 1960 e desenvolvendo pesquisas voltadas para a Baixa Idade Média, assim como Emilio Mitre Fernández. José Antonio Maravall também desempenhou um importante papel neste momento, com seus estudos sobre o pensamento político. Mas também houve aqueles que, mesmo com o fim oficial da antiga Escola Liberal, continuaram produzindo dentro da academia, como Luis García de Valdevellano, e aqueles que deliberadamente apoiaram o regime, como Eloy Benito Ruano e Antonio Ballesteros, ou que pelas relações familiares estavam ligados a ele, como Miguel Artola, responsável nesse período por dirigir uma série de coletâneas de “*Historia de España*”, verdadeiros manuais historiográficos que tiveram grande impacto no ensino de História e de sua divulgação.

O ponto de virada na produção historiográfica espanhola foi 1975, em especial no medievalismo. Até então, os centros mais dinâmicos do hispanismo se encontravam fora da Espanha: os “desterrados”, encabeçados por Sánchez-Albornoz e Américo Castro (e seu famoso debate sobre o que é ser espanhol), e os hispanistas europeus e americanos, distantes da influência do franquismo, como o já mencionado Pierre Vilar e Jean Gautier-Dalché, na França, John Elliott, Angus Mackay, Evelyn Procter e Derek Lomax, no Reino Unido, Peter Linehan, Robert Burns, Bernard Reilly e Joseph Snow, nos Estados Unidos. Os antigos professores universitários em exílio até mesmo criaram, em 1939, a *Unión de Profesores Universitarios en el Extranjero* e a *Junta de Cultura Española*, com níveis de produção e qualidade muito superiores às das universidades franquistas (REDERO, 2002, p.339). A partir de 1975, os questionamentos ao regime se tornaram mais contundentes, o que se manifestou também entre os meios acadêmicos (SARASA, 2007, p. 29). Foi uma importante contribuição a revolução historiográfica empreendida pelos medievalistas Abilio Barbero e Marcelo Vigil: em 1974, os dois historiadores lançaram o seu *Sobre los orígenes sociales de la Reconquista* (BARBERO; VIGIL, 1974), combatendo a antiga e consagrada interpretação de um destino manifesto espanhol de recuperação da Espanha perdida para os muçulmanos em 711 (SARASA, 2007, p. 30). Foi o mais célebre esforço para a quebra dos mitos historiográficos que corroboravam ideologicamente o projeto unificador da ditadura de Franco.

A própria estrutura da universidade dava passos em direção à mudança, na medida em que a ditadura se mostrava cada vez mais insustentável. A partir da década de 1950, o tom da ditadura perdia aos poucos os ares falangistas, privilegiando a Igreja enquanto elemento unificador. Tentou-se recuperar o tempo perdido nas pesquisas científicas: em 1956 foi criado o *Fondo Nacional de Investigación* (REDERO, 2002, p. 348), oferecendo incentivos financeiros para a pesquisa, apesar de não ter tido o resultado previsto. Após o grave diagnóstico da situação do ensino na Espanha, o governo buscou novamente reformular as bases do sistema educacional: a *Ley General de Educación* foi promulgada em 1970, apostando numa modernização de todo o sistema:

“La Ley General de Educación se asentaba sobre dos ideas básicas que estaban muy interiorizadas en la Europa de los años setenta: La educación era un factor importante del desarrollo económico (lo que podía encajar con la política desarrollista del Gobierno) y el acceso a la misma debía realizarse en un marco que respetara la igualdad de oportunidades (era más bien una declaración retórica que no ocultaba las ansias de promoción social de amplios sectores de la sociedad española del momento). (REDERO, 2002, p. 350)

Apesar de não ter obtido o êxito esperado, a lei foi responsável por uma abertura maior do meio universitário, garantindo autonomia relativa e flexibilização burocrática.

Paralelamente, este foi o momento da entrada efetiva da História Social na produção historiográfica espanhola. Neste momento, os estudos de História Rural realizados por expoentes dos *Annales* tiveram grande repercussão em historiadores como José Ángel García de Cortázar: Fernand Braudel com seu monumental livro sobre o Mediterrâneo em tempos de Felipe II (BRAUDEL, 1983) e Georges Duby com sua famosa tese tratando do feudalismo no Mâcon (DUBY, 1953). Tais aproximações já ocorriam anteriormente através de congressos e eventos. No entanto, a maior abertura à produção estrangeira possibilitou uma redefinição dos parâmetros historiográficos a nível nacional, dando novo fôlego aos debates historiográficos. A nível da produção, foi substancial a mudança na orientação da pesquisa: os

protagonistas da História agora eram a terra, os homens, o capital e o tempo (SARASA, 2007, p. 32). Isso significou também uma diversificação nos métodos de pesquisa para atender uma produção com novas questões, um avanço em relação aos métodos cristalizados pela historiografia liberal. Novos métodos, novas fontes: a influência da história quantitativa praticada na França possibilitou que outros registros históricos fossem alvo de interesse investigativo, como processos judiciais, cartulários, inventários. O medievalismo se tornou uma das especializações no campo da História mais dinâmicas seguindo esta nova perspectiva. Abundam os trabalhos sobre os processos de colonização e senhoriação das terras conquistadas pelos cristãos, as formas de domínio senhoriais, a acumulação patrimonial, como apontam os trabalhos de Carlos Estepa Díez, Manuel González Jiménez, Antonio Collantes de Terán, Juan Ignacio Ruiz de la Peña, José María Mínguez e Salvador Moxó.

Entretanto, alguns traços das tradições anteriores se mantiveram. A começar pelo apego à documentação enquanto emanção da verdade histórica. Neste momento há uma nova leva de publicações de documentação inédita: se tornou prática comum que os historiadores incluíssem os documentos utilizados na pesquisa transcritos ao final de seus trabalhos. Além disso, apesar da diversificação dos objetos de estudo proporcionado pela inserção da história-problema pelos *Annales*, agora de caráter social, a produção deste período se tornou marcada pela fraca base teórica e conceitual apresentada, a maioria dos trabalhos consistindo em estudos monográficos (MARTÍNEZ, 2004, p. 5).

Um dos importante fatores para este tipo produção fragmentada, que se arvorava como História Regional, foi a própria configuração política que surgiu com a dissolução das Cortes franquistas em 1977, dois anos após a morte do antigo ditador. Se a monarquia foi uma opção do regime anterior para garantir uma transição “suave” diante das demandas democráticas, garantindo o elemento religioso como aglutinador nacional, foi impossível contornar a ascensão das comunidades autônomas em 1978, que durante toda a ditadura foram duramente reprimidas a fim de favorecer a política unificadora cujo epicentro era Madri. Uma nova possibilidade surgia no horizonte: à única narrativa histórica da unidade espanhola, pôde-se finalmente reescrever o passado sob novos termos.

Os anos 1970 também testemunharam uma abertura conceitual: associada aos novos métodos apresentados pelos *Annales*, o materialismo histórico conseguiu se estabelecer como uma importante vertente teórica entre os historiadores sociais. As discussões sobre as transições entre os modos de produção ganharam terreno, especialmente através das obras de Perry Anderson. No entanto, como afirmam José Ángel García de Cortázar e Pascual Martínez Sopena, os trabalhos padeciam de “un cierto mimetismo respecto a la teoría de [Witold] Kula” (GARCÍA DE CORTÁZAR; MARTÍNEZ, 2013, p. 59), mas conseguiram trazer à luz os conflitos sociais, dando nova dimensão à história-problema que se estabelecia. Importante contribuição à consolidação dos estudos marxistas associados à História Social na Espanha foi a chegada de Reyna Pastor ao país (ASTARITA, 2003, p. 4). Historiadora argentina e discípula de Claudio Sanchez-Albornoz, foi obrigada a exilar-se após a perseguição governamental aos professores universitários marxistas em 1974.

Os anos 1980, por sua vez, viram o despontar da História Política. Intimamente ligado aos debates sobre transição, ressurgiu o interesse pela formação do Estado, muito influenciado pelos estudos da gênese do Estado Moderno. Desaparece a história personalista ligada à imagem dos grandes líderes, busca-se explicar problemas como a formação da burocracia, os entraves à centralização política, a formação de ideologias. Uma História Política mais voltada para uma História das Instituições já era praticada na Espanha por Miguel Ángel Ladero Quesada e José Antonio Maravall, mas foi reforçada, nesse período, inspirada pelos estudos Jean-Philippe Genet (GENET, 1990), Bernard Guenée (GUENÉE, 1981), Joseph R. Strayer (STRAYER, s.d.) e, obviamente, Perry Anderson (ANDERSON, 1985). Um retorno a Max Weber foi inevitável, com seus escritos sobre o Estado.

Igualmente importante foi a obra dirigida por René Rémond, *Por uma história política*, já no final desta década, traduzida para o espanhol no mesmo ano que a edição francesa. O novo conceito de “cultura política” impulsionou uma série de novos estudos voltados para objetos nunca antes pensados sob termos políticos, ampliando o leque de possibilidades investigativas, como os estudos de José Manuel Nieto Soria, José María Monsalvo Antón e de Julio Valdeón Baroque.

Podemos perceber que, após a caída do franquismo, os historiadores espanhóis tiveram a preocupação em se manter atualizados em relação aos debates contemporâneos. No entanto, essa atualização foi seletiva: ela se manteve estritamente no campo dos novos objetos e métodos. Correntes como o pós-estruturalismo, sob a imagem reinante de Michel Foucault, ameaçavam um por um os preceitos da antiga história metódica de Langlois e Seignobos e mesmo dos *Annales*, questionando o próprio fazer histórico. A virada linguística, entretanto, não criou raízes em terras hispânicas. O debate sobre a crise da História, sim.

Essa falta de repercussão dos debates epistemológicos sobre História contribuíram para uma recepção singular do debate sobre a crise da História. Na França, as duras críticas levaram a uma autocrítica da mais importante revista de História, concretizando posteriormente numa mudança do próprio nome da revista em 1994, agora chamada *Histoire, Sciences Sociales (1994)*, reafirmando a vocação interdisciplinar da primeira geração. Na Espanha, entretanto, não houve reflexão a tal nível.

Numa situação paralela, dado semelhante ocorria no Brasil. Francisco Falcon, num artigo intitulado *A identidade do historiador* (FALCON, 1996, pp. 7-30), identificou que a crise da História no país se dava em termos da identidade do historiador, e em como a crítica vinda de outros campos de conhecimento incidiam sobre sua prática. Todavia, o autor nota que, a despeito das duas identidades distintas possíveis para os historiadores brasileiros (uma tradicional e outra moderna, esta última sofrendo as consequências da chamada crise da história), a prática historiográfica se manteve pautada num profundo “realismo historiográfico”, que tem “como verdade indiscutível o papel necessário e insubstituível das fontes documentais como ponte necessária entre o texto histórico e o seu referente na ordem da realidade histórica” (FALCON, 1996, p. 15). Para a produção historiográfica espanhola, tal formulação parece ter igual validade. Nunca houve um real questionamento sobre a base da pesquisa histórica, sempre considerada como uma reconstrução ou revelação do passado. Por isso a constante centralidade das fontes na investigação histórica, em detrimento de perspectivas mais conceituais. A identidade do historiador era

profundamente identificada com o manejo das fontes primárias, conjugada com a imagem do historiador que trabalha nos arquivos.

A crise da História foi percebida muito mais como um atraso historiográfico da produção espanhola em relação às demais europeias. O desconforto era latente no início dos anos 1990. Num pequeno comentário bibliográfico de 1994, o historiador Antonio Morales permite entrever alguns destes problemas (MORALES, 1994, pp. 287-291). Apesar de se esforçar para demonstrar a qualidade da produção historiográfica espanhola frente a algumas críticas realizadas apontando a sua limitação, Morales acaba por confirmá-las. Sua breve compilação de obras aponta a qualidade científica da historiografia espanhola, cuja base epistemológica é realista; se se remete à virada linguística, é confundido o retorno da narrativa com descrições densas, como no caso das biografias. Triste é a constatação de que apenas a partir dos anos 1990 os historiadores espanhóis passaram a se interessar por outros recortes geográficos que não a própria Espanha (MORALES, 1994, pp. 289-290).

Outro elemento importante de como os ventos da crise da história chegaram em terras hispânicas foi a estrutura engessada das universidades. Apesar das mudanças operadas desde fins do franquismo, as cátedras ainda desempenham importante papel na formação dos quadros docentes universitários. A possibilidade de ascensão profissional entre os jovens historiadores é escassa, e acaba dependendo da criação de novas universidades e de novos postos de trabalho.

Mesmo assim, houve reações aos ares de crise. Tomando a frente na articulação entre os historiadores espanhóis, foi criada a rede acadêmica internacional *Historia a Debate*, em 1993, coordenada pelo professor da Universidade de Santiago de Compostela Carlos Barros. A proposta era clara: se tornar uma escola historiográfica aglutinadora. Expressamente criada por e para *jovens* historiadores, ela se pretende um fórum de debates e de novas perspectivas através de seus congressos internacionais realizados quatro vezes até a presente data. Segundo Pablo Guerrero Alonso, “*este grupo intenta – a través de la renovación de la disciplina y la teoría de la historia – poner fin a la fragmentación y la crisis que ha sufrido la historia en los últimos tiempos.*” (GUERRERO, 2011, p. 316). Apesar de criada no século XX, propõe-se como uma escola do século XXI, adaptada aos novos tempos e às novas condições de

produção, como o advento da Internet. Apresenta-se, acima de tudo, como uma experiência democrática de construção historiográfica, buscando o consenso contra a fragmentação (BARROS, 2009-2010, pp. 9-55).

O esforço em se estabelecer como escola historiográfica é algo inédito na Espanha. Depois da escola liberal, a prática historiográfica se tornou um tanto quanto dispersa – ao invés de escolas com métodos e problemas em comum, o que se seguiu com o início do franquismo foi uma produção profundamente ligada às cátedras, num meio personalista onde os catedráticos exerciam total influência sobre a produção de seus orientandos. Por isso, ao fazer sua genealogia, *Historia a Debate* se considera herdeira dos *Annales* e do materialismo histórico, e não de qualquer corrente surgida na própria Espanha (GUERRERO, 2011). Tal posicionamento só fortalece a constatação do baixo desenvolvimento dos debates historiográficos espanhóis.

Também ao fazer sua crítica ao pós-modernismo, a raiz conceitual da fragmentação histórica, suas referências são externas (GUERRERO, 2011, pp. 319-320). *Historia a Debate* defende a importância da incorporação do debate historiográfico no ofício do historiador, no entanto, quando o faz, é retomando a tradição dos *Annales* e do marxismo, nunca através de referências da própria historiografia espanhola. Pelo contrário, Guerrero Alonso constata nos últimos vinte anos um regresso à historiografia praticada no século XX, uma involução na prática histórica (GUERRERO, 2011, p. 22).

Essas escolhas de posicionamento da pretensa nova escola podem ser vistas como tentativas de se consolidar no cenário internacional como um centro aglutinador de debates historiográficos. Seu sucesso é inquestionável: seus congressos lograram diversidade e projeção internacional, sendo inclusive disputados. No entanto, mesmo tendo o mérito de ser um espaço de debate diversificado, *Historia a Debate* não apresenta nada de realmente novo no debate historiográfico, não se configurando um espaço de inovação para a prática histórica. Seria isso o suficiente para se arvorar como nova escola historiográfica?

Em seu afã de se projetar internacionalmente, este novo grupo acabou por virar as costas para a própria produção espanhola: esta não pareceu se impactar nem um pouco pelos novos/velhos debates. De base ainda bastante nacionalista,

segue ainda o apreço pelas fontes primárias e pela descrição histórica. O discurso histórico sobre o arcaísmo hispânico já não tem mais a mesma força de antes, mas o grosso das produções seguem com o caráter autocentrado de outrora. Só quando os esforços de renovação atingirem os centros de produção historiográfica tradicionais, onde reinam as cátedras, este panorama de isolamento terá a chance de mudar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. Brasília: Brasiliense, 1985.
- ASTARITA, Carlos. *La historia social y el medievalismo argentino*. In: *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre/BUCEMA*, nº 7, 2003.
- BALLESTEROS BERETTA, Antonio. *Sevilla en el siglo XIII*. Sevilha: Ayuntamiento de Sevilla, 2007.
- BARBERO, Abilio; VIGIL, Marcelo. *Sobre los orígenes sociales de la Reconquista*. Barcelona: Ariel, 1974.
- BARROS, Carlos. *Historia a Debate, un paradigma global para la escritura de la historia*. In: *Tiempo y sociedad*, nº 2, 2009-2010, pp. 9-55.
- BENITO RUANO, Eloy. La Reconquista. Una categoría histórica e historiográfica. In: *Medievalismo: Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, nº 12, 2002, pp. 91-98.
- BRAUDEL, Fernand. *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- COLLANTES DE TERÁN, Antonio. *Sevilla en la Baja Edad Media: la ciudad y sus hombres*. Sevilha: Sección de Publicaciones del Excmo. Ayuntamiento, 1977.
- DUBY, Georges. *La société aux XIe et XIIe siècles dans la région Mâconnaise*. Paris: A. Colin, 1953
- FALCON, Francisco. A identidade do historiador. In.: *Estudos históricos*, nº 17, 1996, pp. 7-30.
- FELIPE V. *Real Cedula Fundacional de la Real Academia de la Historia*. Madri, 1738.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, J. A. *La época medieval*. Historia de España Alfaguara. 2 vol. Madrid: Alianza Editorial, 1983.
- _____. *História rural medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel; MARTÍNEZ SOPENA, Pascual. *Los estudios sobre historia rural de la sociedad hispanocristiana*. In: *Historia Agraria*, nº 31, dezembro de 2013, pp. 57-83.
- GENET, Jean-Philippe (ed.). *L'État moderne: genèse. Bilans et perspectives*. Colloque 1989. Paris, 1990.
- GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *En torno a los orígenes de Andalucía*. Sevilha: Universidade de Sevilha, 1980.
- GUENÉE, Bernard. *O ocidente nos séculos XIV e XV (Os estados)*. São Paulo: Pioneira, 1981.
- GUERRERO ALONSO, Pablo. "Historia a Debate" y la historiografía del siglo XXI. In: *El Futuro del Pasado*, nº 2, 2011, pp.313-334.

- Histoire, sciences sociales. In: *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 49e année, nº 1, 1994, pp. 3-4.
- LADERO QUESADA, Miguel Ángel. *La Hacienda Real de Castilla en el siglo XV*. Santa Cruz de Tenerife: La Laguna, 1973.
- _____. Los mudéjares de Castilla en la Baja Edad Media. *Historia. Instituciones. Documentos*, nº 5, 1978, pp. 257-304.
- LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. *Introduction aux études historiques*. Paris: Editions Kimé, 1992.
- LINEHAN, Peter. Frontier Kingship: Castile, 1250-1350. In: BOUREAU, Alain; INGERFLOM, Claudio-Sergio (dirs.). *La royauté sacrée dans le monde Chrétien*. Colloque de Royaumont, mars 1989. Paris: Éditions de l'EHESS, 1992, pp. 71-79.
- MACKAY, Angus. *La España de la Edad Media*. Desde la frontera hasta el Imperio (1000-1500). Madrid: Ediciones Cátedra, 1995.
- MARAVALL, José Antonio. *Estudios de historia del pensamiento español: edad media*. Madri: Cultura Hispánica, 1983.
- MARTÍNEZ SOPENA, Pascual. Tradiciones y tendencias en el Medievalismo español. In: *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre/BUCEMA*, nº 8, 2004.
- MORALES, Antonio. *Formas narrativas y historiografía española: comentario bibliográfico*. In: *Studia Historica – Historia Contemporánea*, vol. XII, 1994, pp. 287-291.
- NIETO SORIA, José Manuel. *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (siglos XIII-XVI)*. Madri: EUDEMA, 1988.
- NOIRIEL, Gérard. Naissance du métier d'historien. In: *Genèses*, nº 1, 1990, pp. 58-85.
- PASTOR DE TOGNERI, Reyna. *Del islam al cristianismo*. Barcelona: Ediciones Península, 1975.
- _____. *Resistencias y luchas campesinas en la época del crecimiento y consolidación de la formación feudal: Castilla y León, siglos X-XIII*. Madrid: Siglo Veintiuno de España, 1980.
- PROCTER, Evelyn. *Alfonso X of Castile. Patron of literature and learning*. Oxford: Claredon, 1951.
- REDERO SAN ROMÁN, Manuel. *Origen y desarrollo de la universidad franquista*. In: *Studia Zamorensia*, Segunda Etapa, vol. VI, 2002, pp. 337-352.
- SARASA SÁNCHEZ, Esteban. *El medievalista en el franquismo*. In: *Revista de Historia Jerónimo Zurita*, nº 82, 2007, pp. 27-38.
- SNOW, JOSEPH T. *The central rôle of the troubadour persona of Alfonso X in the Cantigas de Santa Maria*. In: *Bulletin of Hispanic Studies*, nº 56, 1979.
- STRAYER, Joseph R. *As origens medievais do Estado moderno*. Lisboa: Gradiva, s.d.
- TAMBURRI BARIAIN, Pascual. *El imaginario medieval en la universidad franquista*. In: *Cuadernos del Instituto Antonio de Nebrija de Estudios sobre la Universidad*. CIAN, nº4, 2001, pp. 267-298.
- VALDEAVELLANO, Luis G. de. *El feudalismo hispánico*. Barcelona: Editorial Crítica, 2000.
- VICENS VIVES, Jaime. *Historia social y económica de España y América*. Barcelona: Editorial Vicens-Vives, tomo 2, 1972.
- VALDEÓN, Julio; SALRACH, Josep; ZABALO, Javier. *Feudalismo y consolidación de los pueblos hispánicos (siglos XI-XV)*. Barcelona: Labor, 1984.

Recebido em 05 de junho de 2017.

Aceito em 27 de junho de 2017.